



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Microcrédito  
Produtivo Orientado**

**Palácio do Planalto, 25 de abril de 2005**

Meu querido companheiro Luiz Dulci, ministro de Estado, chefe da  
Secretaria-Geral da Presidência da República

Minha querida senadora Ideli Salvatti

Deputado Heleno Silva

Deputado Cláudio Vinhatti

Companheiro Geraldo Magela, presidente do Banco Popular

Meu caro Teófilo Artur de Siqueira Cavalcanti Neto, superintendente do  
Viva Cred

Meu caro Rossano Maranhão, presidente do Banco do Brasil

Meu caro Jorge Hilário Gouveia, presidente do Viva Cred

Meu caro Roberto Smith, presidente do Banco do Nordeste

Meu caro Maurício Borges Lemos, diretor da Área de Inclusão Social do  
BNDES

Meus companheiros e companheiras microempresários

Meus companheiros e companheiras de cooperativas, que tanto lutaram  
para chegar neste estágio de hoje, o Laborato que o diga

Meus amigos e minhas amigas

Antes de falar, Clarisse, da Caixa Econômica Federal, me desculpe, eu  
estava diminuindo a importância da Caixa Econômica Federal

Meu caro “Beca”, do Ministério da Fazenda



Eu estava, antes de falar, me lembrando de algumas coisas que são importantes serem contadas aqui, para que as pessoas tenham a dimensão do que estamos falando e do que estamos fazendo.

Eu me lembro que, no final de 2002, fui a um Congresso de Cooperativas em Santos e, nesse Congresso, houve várias decisões que nós colocamos em nosso programa de governo. Quando ganhamos as eleições, começamos a pensar em introduzir parte daquelas coisas que estavam no programa de governo para formatar o esboço de facilitação da criação de cooperativas no Brasil.

Tinha toda uma estrutura proibitiva de se organizar cooperativas no Brasil. Foi feito um trabalho imenso com o Palocci, com o Beca, com o Meireles, com outros diretores da Fazenda, do Banco Central. Foram alguns meses de disputa, porque vocês sabem que tem gente que trabalha com base na cultura em que aprendeu a trabalhar. Portanto, as pessoas têm hábitos, costumes, e não querem mudar com facilidade.

E nós, depois de algum tempo, conseguimos, finalmente, tornar o Brasil preparado para, no dia em que tomar consciência, se transformar no país número um em cooperativas do mundo inteiro.

Mas aí é que entra a diferença entre a teoria e a prática. Na teoria, basta aprovarmos a lei que, no dia seguinte, acontecerão as cooperativas. E não é assim. Não é assim exatamente porque, para você convencer alguém a entrar em uma cooperativa... E ela será muito mais forte se vier de baixo para cima, se vier de uma consciência dos segmentos que vão se organizar, do que tentar impor de cima para baixo a criação de uma cooperativa que pode não dar certo.

Bom, o dado concreto é que eu tenho feito apelos e mais apelos em vários lugares que vou, aos prefeitos do Brasil, aos comerciantes do Brasil, de que eles precisam se organizar em cooperativas para que possamos fazer com que o crédito no comércio se torne mais barato. Sobretudo, porque quem



precisa de crédito, neste país, não são nem os grandes grupos econômicos – esses, ou têm acesso ao BNDES ou têm acesso à empréstimo em dólar – mas é uma faixa média do empresariado que, às vezes, para trocar ou para garantir uma duplicata de 50 mil reais, é obrigada a pagar um preço muito alto.

E se essas pessoas forem se conscientizando da importância de se organizarem em cooperativas, de criarem uma cotização entre si, vão perceber que, ao longo, ao passo de algum tempo, vai ficar muito mais fácil tomar o seu dinheirinho emprestado para suprir alguma deficiência que tenham na sua pequena oficina, na sua loja. Mas isso é um trabalho, eu diria, de maturação, um trabalho de muita conscientização.

E ontem mesmo – eu estou aqui com um companheiro que estava em casa ontem, o companheiro Tarcísio, que é companheiro metalúrgico do ABC, que me chamava a atenção de que no ABC se criou uma cooperativa de crédito para os metalúrgicos. E você imagina: bom, eu tenho 100 mil metalúrgicos na categoria, eu crio uma cooperativa de crédito, 99 mil vão imediatamente entrar na cooperativa e está resolvido o problema. Não é verdade. As pessoas não entram.

Num primeiro momento, as pessoas desconfiam. Num segundo momento, as pessoas começam a pensar. Depois de algum tempo é que as pessoas vão tomar consciência de que aquilo pode ser bom para elas, principalmente quando alguns que já estão, estiverem dentro da fábrica contando as vantagens de participar de uma cooperativa de crédito.

E isso precisa de muito convencimento da sociedade. Para quem não entende bem disso, eu queria lembrar o seguinte: não basta ter um sindicato, é preciso convencer os trabalhadores a se filiarem ao sindicato. E, depois de convencê-los a se filiarem, é preciso convencê-los a participarem das lutas que o sindicato convoca. Há um processo de politização que será muito mais forte se a gente tiver um pouco mais de ousadia. E, para isso, nós estamos, hoje, criando, com a sanção da Lei, praticamente todas as possibilidades para que o



microcrédito, finalmente, deixe de ser uma teoria, deixe de ser um sonho, para se tornar uma grande realidade no nosso país.

Uma primeira experiência que eu tive com o microcrédito foi no estado do Acre. Obviamente que quem é de São Paulo, quem é de Brasília, quem mora na capital de Minas Gerais ou de outro estado qualquer, quem participa da classe média, quem tem uma certa posse, quem é professor universitário, quem é jornalista, quem é dirigente sindical urbano, muitas vezes não tem noção do que significa o tal do microcrédito, em função da necessidade real das pessoas.

Eu me lembro que, no Acre, eu fui participar, com o governador Jorge Viana, da liberação de recursos para um grupo de seringueiros. Então, o cidadão pegava 600 reais. Ele pegava 600 reais para financiar a ida dele, durante quase cinco meses no meio da mata, para tentar colher a borracha. E para que ele queria os 600 reais? Às vezes, para comprar um burrico de um amigo dele, mais barato, para comprar o charque para levar para o meio do mato, para comprar o sal para levar para o meio do mato, para comprar o querosene para levar para o meio do mato, sabendo que ele ia demorar quatro ou cinco meses para voltar do mato com o produto para ser vendido, para pagar aquele crédito e, quem sabe, tomar um outro crédito emprestado.

Agora, imagine se o cidadão que cuida de crédito no Banco do Brasil, no BNB ou no BNDES, se ele vai se lembrar de um cara comprar charque e precisar de dinheiro financiado. Estão acostumados a financiar outra coisa, o setor siderúrgico brasileiro, papel e celulose, ferrovia, os grandes projetos necessários para o Brasil e que precisam ser financiados. Mas não pode ser financiamento apenas desses em detrimento de uma outra parte da sociedade que, se começar pequena pode, um dia, ficar grande e ser dona de uma siderúrgica, ser dona de uma fábrica de papel e celulose ou coisa parecida.

O que não pode é ficar brigando um ano e meio. O Lavorato brigou um ano e meio. Eu não podia mais ligar uma rádio em São Paulo que eu ouvia o



Lavorato brigando com alguém por causa do microcrédito, se era 1% ou 2%. O dado concreto é que o dinheiro tem que chegar na mão das pessoas, senão as pessoas não precisam.

Eu fui ao Ceará e vi crédito de 20 reais. Isso aqui, no nosso meio, pode parecer absurdo. Mas um cidadão que, num final de semana, consegue pegar um cartãozinho para pegar 20 reais para comprar o feijãozinho e a farinha de mandioca e levar para casa para a família comer uma semana tem o mesmo valor de alguém que pega alguns milhões para fazer outra coisa. Mas isso não está na nossa cabeça intelectualizada, isso não está na nossa cabeça contábil, isso não está na nossa cabeça monetária, porque essas coisas são muito novas e muito difíceis. Quando é para emprestar dinheiro para quem tem muito dinheiro, a gente exige uma quantidade enorme de papéis, exige um monte de papel e nem sempre nos bancos públicos os papéis valeram a pena, porque está cheio de exemplos, na história do Brasil, de dinheiro emprestado de banco público, o Banespa quebra, os bancos estaduais quase todos quebraram, e tudo com papel. O papel não significa que a pessoa vá pagar, o papel significa que a pessoa está se credenciando para pegar o dinheiro.

Ora, no caso das pessoas mais pobres, possivelmente, grande parte do patrimônio seja o próprio nome delas, porque o pobre tem um medo de ficar devendo como o diabo tem medo da cruz, o nome dele é a coisa mais importante. Então, se ele não paga, é porque algo de grave está acontecendo com ele. Muitas vezes, nós precisamos ter uma política de conscientização, sabe por quê? O pobre está acostumado a comprar um aparelho eletrodoméstico para pagar em 36 meses e, em um belo dia, ele vê encostar um caminhão na casa dele para levar embora. E leva mesmo, leva carro, leva geladeira, leva fogão, leva máquina de lavar roupa, leva televisão. Então, ele está acostumado, ele tem medo.

Então, nós não temos que ter a preocupação de correr algum risco, nós não temos que ter a preocupação de dizer: “bom, uma parte da disponibilidade



de recursos para investimento no Brasil tem que ser investimento para ajudar o pequeno a se alavancar.”

E aí eu me lembro de uma coisa vendo, aqui, o Rossano na minha frente, eu me lembro de uma coisa que era a história do crédito consignado. Não pense que foi fácil criar a estrutura do crédito consignado, porque nós o tínhamos em algumas áreas do setor público brasileiro mas, eu me lembro, em muitos casos, que as pessoas que tomavam dinheiro emprestado comprometiam, praticamente, 100% do seu pagamento. Não eram poucos os funcionários públicos brasileiros que chegavam ao fim do mês e não recebiam pagamento, porque era tudo descontado em favor da dívida que ele tinha. O que nós fizemos? Nós demos um toque de seriedade nisso. Primeiro, estendemos do setor público para o setor privado, num acordo inédito entre o movimento sindical e uma grande parte do Sistema Financeiro brasileiro. Segundo, limitamos a prestação do cidadão ao máximo de 30% do seu salário, para que ele não possa ficar a vida inteira só pagando o banco, ele tem que fazer outras coisas. E, agora, estendemos aos aposentados.

Eu via, na televisão, muita propaganda, e falei: “puxa, como este governo está emprestando dinheiro barato”. Aí eu percebi que muitos bancos estavam cobrando 6%, 7% ao mês. E percebi, também, que dentro dos nossos bancos, Banco do Brasil e outros bancos públicos, há sempre uma cisma, há sempre uma preocupação, porque os nossos bancos, nos últimos dez anos, praticamente agem com se fossem bancos privados, ou seja, eles precisam ter lucro, não podem ter prejuízo; não é bom ter prejuízo porque a conta fica para o Tesouro depois; então, é importante que eles tenham lucro. Mas eles também têm que ter uma função social, e demorou um tempo. Mas o Banco do Brasil entrou, e entrou agora, com força total, criando para os aposentados um empréstimo a 1,5%, que é a taxa mais barata do que o mais barato que nós já tínhamos, que era 1,75%. E você vai ver, Rossano, a quantidade de aposentados e pensionistas que pode até pedir transferência para o Banco do



Brasil – eu sei que esse é um desejo do Banco do Brasil – para que o Banco do Brasil coloque ainda mais que 3 bilhões, 2 bilhões, à disposição de financiar essa gente.

Ora, qual é o mal nisso? O mal nisso é que você vai ter mais gente pegando dinheiro emprestado, pagando, ou, se dever para agiota a 8%, 9%, 10% ou 15%, e podendo pegar o dinheiro, comprar muitas coisas a dinheiro, a um juro muito mais barato do que ele pagaria no crédito do consumo, em qualquer loja deste país.

E isso explica porque cresce tanto o nosso comércio, porque crescem tanto as vendas no comércio brasileiro. É porque o povo está tendo acesso a um dinheiro muito mais barato do que ele teve em qualquer outro momento da sua vida de trabalhador.

E isso permite que a gente acredite que, ao longo de alguns anos... essas coisas também não acontecem do dia para a noite, vai levando um tempo de maturação. Eu me lembro de um banco aqui, Smith, eu me lembro de um banco que me procurou meio nervoso, porque ele tinha reduzido o cartão de crédito para 2 pontos percentuais a menos que o seu concorrente, na expectativa de que quem tivesse cartão de crédito ia sair daquele banco e ir para o banco dele. E não vai.

Veja que engraçado: às vezes – eu posso até citar um companheiro da imprensa que está aqui, citar um câmara que está aí, citar um deputado, citar um metalúrgico – às vezes, um cara está num bar com um grupo de amigos, tomando um chope, que é um direito dele tomar, porque também é filho de Deus e tem direito a tomar um chopinho de vez em quando, de preferência na sexta-feira, ele está lá, xingando o banco, ele está xingando os juros, ele está xingando o cartão de crédito dele, mas, no dia seguinte, ele é incapaz de levantar o traseiro de um banco, de uma cadeira, e ir ao banco mudar, ou ir para o computador fazer a transferência da sua conta para um banco mais barato. É o comodismo. É o comodismo das pessoas que reclamam de noite



mas, de dia, se conformam, ou seja, não há uma ação, porque se as pessoas tivessem consciência, ninguém pagava 8% de juros ao mês. Ninguém pagava. Até porque não é pobre que tem cartão de crédito.

Nessa parte que a gente está criando, o microcrédito, poucos têm cartão de crédito. É uma classe mais sabida intelectualmente, de melhor posse. Mesmo assim, xinga de noite e, de dia, se conforma com o juro de que ela tanto reclama à noite.

Essas coisas, para mudar, levam um processo enorme. O Banco do Brasil vai ter que fazer muita campanha; o Banco do Brasil vai ter que fazer muita publicidade; os bancos públicos vão ter que competir. E outros bancos vão ter que fazer mais, muito mais, se a gente quiser consolidar, definitivamente, a questão do microcrédito, do empréstimo consignado e, sobretudo, de facilitar as cooperativas no Brasil.

Estejam certos de uma coisa: na teoria é mais fácil do que na prática, porque está tudo criado para funcionar corretamente bem. Mas, se é verdade o que me disseram, que nos oito anos antes do nosso governo o dinheiro que tinha para financiar era 33 milhões, nós agora vamos correr perto de 600 milhões. Ou seja, se você fizer o serviço bem feito, daqui a pouco, Maurício, vai precisar de 1 bilhão do BNDES, e 1 bilhão que seja bem-vindo, porque nós colocamos “bilhão” para tanta coisa, vamos colocar 1 bilhão para ajudar a possibilidade de desenvolver uma nova experiência de atividade econômica no Brasil. Afinal de contas, eu acho que o Brasil precisa; o Brasil, pelo dinamismo econômico, pode ser exemplo e eu acho que o Brasil pode, sem precisar ninguém, brasileiro, ser embaixador de coisíssima nenhuma, o Brasil pode, definitivamente, em algumas coisas, servir de exemplo para o resto do mundo ou, pelo menos, ser um bom exemplo para partilhar com outras boas experiências que existem em outros países do mundo.

Eu acho que essa é a grande novidade deste dia de hoje. O fato de eu sancionar esta Lei é a consagração de um processo que começou há alguns



meses atrás; em novembro mandamos a medida provisória para o Congresso, ela foi aprovada agora e estamos sancionando. Portanto, agora, o chamado marco regulatório está fechado. O Sistema – essa palavra é bonita – o Sistema Nacional de Microcrédito está garantido. Agora, todos nós temos a responsabilidade de fazê-lo funcionar mais rápido ou menos rápido. Como nós queremos mais rápido, acho que cada um de vocês não pode ser apenas o agente, o prestador de dinheiro. É preciso que vocês se transformem nos garotos-propaganda dessa política de microcrédito, que consigamos difundir isso aos milhões de brasileiros e brasileiras que não sabem, que às vezes precisam de mil reais, de dois mil reais, de 500 reais. O que alguns gastam em uma noitada em um bar, tomando cerveja, para outras pessoas significaria a consolidação e a segurança da sua família.

Por isso, eu nem falei da bancarização, para não deixar a Caixa Econômica meio convencida. Mas a bancarização é outra coisa fantástica porque quando nós começamos, diziam: “não, não vai dar certo; isso é bobagem; isso não sei das quantas”. Mas o dado concreto é que são mais de cinco milhões e meio de pessoas. Mais de cinco milhões e meio de pessoas que, um dia, descobriram que banco não é apenas para a gente passar na frente dele, na porta, que banco também é para a gente entrar e fazer uma conta, mesmo que a gente não tenha recursos, mas que a gente pode ter.

Esse é um fato muito importante para pessoas como vocês que cuidam de microcrédito, querem organizar a sociedade em cooperativas, trabalham e batalharam para que nós tivéssemos o crédito consignado, e é por isso que eu digo todo santo dia: nós estamos transformando o Brasil, que é um país capitalista, em um país com capital na mão do povo, ou seja, com um pouco de dinheiro, porque dizia o nosso Jorge Viana, governador do Acre: “muito dinheiro na mão de poucos significa apenas concentração de riquezas; pouco dinheiro na mão de muitos significa distribuição de renda”. E é isso que nós estamos fazendo.



Meus parabéns e muito obrigado.